Imprensa Oficial
da Estância de Atibaia

Quarta-feira, 23 de março de 2005 - nº 577 - Ano VIII

Esta edição tem 4 páginas

Imprensa Oficial na internet acesse o site: http://www.atibaia.sp.gov.br/imprensa/index.htm

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

Tornamos público, que de acordo com a Ata n.º 50/05, foram ***SUSPENSOS SINE DIE*** os seguintes procedimentos licitatórios:**PROCESSO N.º 26.999/04 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 56/05 - OBJETO:** Aquisição de materiais de escritório e informática, à diversos setores desta Prefeitura.**PROCESSO N.º 27.046/04 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 48/05 – OBJETO:** Aquisição de materiais de escritório e informática, à diversos setores desta Prefeitura.**PROCESSO N.º 27.047/04 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 49/05 – OBJETO:** Aquisição de materiais de escritório e informática, à diversos setores desta Prefeitura. **PROCESSO N.º 27.048/04 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 50/05 – OBJETO:** Aquisição de materiais de escritório e informática, à diversos setores desta Prefeitura.**PROCESSO N.º 27.049/04 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/05 – OBJETO:** Aquisição de materiais de escritório e informática, à diversos setores desta Prefeitura.**PROCESSO N.º 27.050/04 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 52/05 – OBJETO:** Aquisição de materiais de escritório e informática, à diversos setores desta Prefeitura.**PROCESSO N.º 27.051/04 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 53/05 – OBJETO:** Aquisição de materiais de escritório e informática, à diversos setores desta Prefeitura.**PROCESSO N.º 27.052/04 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 57/05 – OBJETO:** Aquisição de materiais de escritório e informática, à diversos setores desta Prefeitura.**PROCESSO N.º 27.053/04 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 55/05 – OBJETO:** Aquisição de materiais de escritório e informática, à diversos setores desta Prefeitura. **DEMAIS INFORMAÇÕES:** Setor de Editais e Contratos, sita à Rua Bruno Sargiani, 100 – Parque Jerônimo de Camargo - Fone/Fax: (0**11) – 4413-6282.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – ATIBAIA/SP, 18 de março de 2005 – Pedro Ambrosio Netto - Secretário de Administração; Marianne da Costa Antunes Leite – Diretora do Departamento de Suprimentos.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

Processo n.º 27.043/04 – Pregão Presencial n.º 44/05 – Objeto: Aquisição de materiais de escritório e informática, com entregas parceladas, à diversos setores desta Prefeitura, por um período de 12 (doze) meses, através de Registro de Preços.

Tornamos público que, de acordo com a Ata de Sessão Pública, constante dos autos, a presente licitação foi suspensa para verificação de possíveis indícios de fraude.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – ATIBAIA/SP, 21 de março de 2005 – Pedro Ambrosio Netto - Secretário de Administração; Marianne da Costa Antunes Leite – Diretora do Departamento de Suprimentos.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

O Departamento de Suprimentos torna público, que ocorrerá julgamento das propostas, em ato público dos Convites abaixo:

PROCESSO N.º 3.878/05
CONVITE N.° 14/05
OBJETO: aquisição de 01 (uma) estação total (equipamento de topografia) destinados ao uso da Divisão de Topografia – Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente.

DATA: às 11:00 horas do dia 29 de março de 2.005

Departamento de Suprimentos, 21 de março de 2.005 - Pedro Ambrosio Netto – Secretário de Administração – Marianne da Costa Antunes Leite – Diretora do Departamento de Suprimentos.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

Processo n.º 24.034/04 - Pregão Presencial n.º 28/05 - Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem, destinados à Secretaria Municipal de Saúde, através de Registro de Preços, por um período de 12 (doze) meses. - HOMOLOGAÇÃO - Conforme ata da Pregoeira Municipal, constante do processo, e inexistindo recursos interpostos por parte dos participantes do certame, HOMOLOGO a licitação em epígrafe, face ao pleno atendimento à legislação pertinente, conforme classificação abaixo:
- DAKFILM COMERCIAL LTDA., os itens: 01 no valor unitário de R$ 3,78; 02 no valor unitário de R$ 5,60; 03 no valor unitário de R$ 27,00; 04 no valor unitário de R$ 2,29; CAMPIALFA DIST. PROD. HOSP. LTDA., item 09 no valor unitário de R$ 3,17. Os itens 05, 06, 07 e 08 foram fracassados. Ao Setor de Editais e Contratos para publicação e lavratura da competente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma do edital. PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, PALÁCIO JERÔNIMO DE CAMARGO, aos 07 de março de 2005. - JOSÉ ROBERTO TRICOLI - Prefeito Municipal.

Processo n.º 24.035/04 - Pregão Presencial n.º 29/05 - Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem, destinados à Secretaria Municipal de Saúde, através de Registro de Preços, por um período de 12 (doze) meses. - HOMOLOGAÇÃO - Conforme ata da Pregoeira Municipal, constante do processo, e inexistindo recursos interpostos por parte dos participantes do certame, HOMOLOGO a licitação em epígrafe, face ao pleno atendimento à legislação pertinente, conforme classificação abaixo:
- BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA., os itens: 02 no valor unitário de R$ 0,61; 04 no valor unitário de R$ 0,122; 05 no valor unitário de R$ 0,213; 06 no valor unitário de R$ 1,45; 07 no valor unitário de R$ 0,59; 12 no valor unitário de R$ 0,24. - CBS MÉDICO CIENTÍFICA COM. E REP. LTDA., item 03 no valor unitário de R$ 0,111; - CENTROVALE COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., os itens: 08 no valor unitário de R$ 0,78; 09 no valor unitário de R$ 0,758. Os itens 01, 10 e 11 foram fracassados. Ao Setor de Editais e Contratos para publicação e lavratura da competente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma do edital. PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, PALÁCIO JERÔNIMO DE CAMARGO, aos 07 de março de 2005. JOSÉ ROBERTO TRICOLI- Prefeito Municipal;

Processo n.º 24.036/04 - Pregão Presencial n.º

Poder Executivo

Prefeito José Roberto Trícoli - Vice-prefeito Ricardo dos Santos Antônio
Palácio Jerônimo de Camargo - Av. da Saudade, 252 Centro - CEP:12.940-560

30/05 -Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem, destinados à Secretaria Municipal de Saúde, através de Registro de Preços, por um período de 12 (doze) meses. - HOMOLOGAÇÃO - Conforme ata da Pregoeira Municipal, constante do processo, e inexistindo recursos interpostos por parte dos participantes do certame, HOMOLOGO a licitação em epígrafe, face ao pleno atendimento à legislação pertinente, conforme classificação abaixo:
- CBS MÉDICO CIENTÍFICA COM. E REP. LTDA., os itens: 03 no valor unitário de R$ 21,50; 04 no valor unitário de R$ 1,55; 05 no valor unitário de R$ 1,55; 06 no valor unitário de R$ 1,55; 07 no valor unitário de R$ 1,55; 08 no valor unitário de R$ 3,10; 09 no valor unitário de R$ 0,60; 10 no valor unitário de R$ 0,50; 11 no valor unitário de R$ 0,57. Os itens 01 e 02 foram fracassados. Ao Setor de Editais e Contratos para publicação e lavratura da competente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma do edital. PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, PALÁCIO JERÔNIMO DE CAMARGO, aos 08 de março de 2005. JOSÉ ROBERTO TRICOLI - Prefeito Municipal.

Processo n.º 24.037/04 - Pregão Presencial n.º 31/05 - Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem, destinados à Secretaria Municipal de Saúde, através de Registro de Preços, por um período de 12 (doze) meses. - HOMOLOGAÇÃO - Conforme ata da Pregoeira Municipal, constante do processo, e inexistindo recursos interpostos por parte dos participantes do certame, HOMOLOGO a licitação em epígrafe, face ao pleno atendimento à legislação pertinente, conforme classificação abaixo:
- CBS MÉDICO CIENTÍFICA COM. E REP. LTDA., os itens: 01 no valor unitário de R$ 0,65; 02 no valor unitário de R$ 0,75; 03 no valor unitário de R$ 0,85; 04 no valor unitário de R$ 0,93; 05 no valor unitário de R$ 1,23; 06 no valor unitário de R$ 0,40; 07 no valor unitário de R$ 0,38; 08 no valor unitário de R$ 0,39; 09 no valor unitário de R$ 0,40; 10 no valor unitário de R$ 0,35; 11 no valor unitário de R$ 0,36. Ao Setor de Editais e Contratos para publicação e lavratura da competente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma do edital. PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, PALÁCIO JERÔNIMO DE CAMARGO, aos 09 de março de 2005. JOSÉ ROBERTO TRICOLI - Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - ATIBAIA/SP, 22 de março de 2005 – Pedro Ambrosio Netto - Secretário de Administração; Marianne da Costa Antunes Leite – Diretora do Departamento de Suprimentos.

Audiência Pública

Edital N. º 02/05.
Data: 22/02/2005.
Horário: 09:00 h.
Assunto: Expedição de Certidão para Implantação de Condomínio Vila.
Local: Rua Projetada S/N.º -Granja Maristela - Sítio São Pedro - Bairro Itapetinga.
Empreendedor: Eurohills Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Processo: 18.913/2004.

Resumo:

O Engenheiro José Francisco Alves Pinto, Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente, iniciou a Audiência Pública para expedição de Certidão de Uso e Diretrizes de Solo, informando que o empreendedor é a empresa Eurohills Empreendimentos Imobiliários Ltda. Anunciou que o Dr. Carlos Augusto Dorathioto, do Departamento Jurídico da Prefeitura, iria secretariar a Audiência Pública, e que estariam presentes na mesa o Engenheiro Nivaldo, da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, responsável pela aprovação dos empreendimentos na Secretaria; o Diretor de Meio Ambiente, Carlos Alberto de Aquino; e o superintendente do Saae, Engenheiro Carlos Gravina. Passou então a palavra ao Dr. Carlos. Dr. Carlos informou que as audiências públicas são regidas pela Lei Municipal n.º 3190/2001, cujos objetivos são : recolher subsídios ou informações para tomada de decisões, facilitar o encaminhamento de pleitos, sugestões e opiniões, identificar os aspectos relevantes do objeto da Audiência, dar publicidade a assuntos de interesse público sob análise da administração. Informou que o Presidente da Audiência seria o Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente José Francisco Alves Pinto.
Informou a seqüência de trabalho: falaria primeiramente o representante do executivo, Engenheiro Nivaldo, que teria 5 minutos para uma explanação sumária do empreendimento, a seguir o empreendedor teria cerca de 20 minutos para uma explanação detalhada do mesmo e, finalmente, seria iniciada a fase de perguntas da platéia. Informou que para que a platéia pudesse se manifestar seria necessária a inscrição prévia das perguntas, face o grande número de presentes à Audiência, que surpreendeu a todos. Pediu para que o autor das perguntas se identificasse e se utilizasse do microfone.Cada pergunta teria um tempo máximo de dois minutos e cada resposta, cinco. Por fim, informou que o projeto em questão é ainda preliminar.
A seguir o Engenheiro Nivaldo informou que o empreendimento é um conjunto vila, inserido na zona ZH1, contando com 18 unidades com 255 m² em média cada, e que se está, nesta audiência, obtendo dados para análise e aprovação.
Logo após, o arquiteto Wilson Raphael Doratiotto, responsável pelo projeto, informou que a área do lote é de 19.324,92 m², localizado na Rua Projetada, área 9, desdobrada da gleba 8, destacada da gleba 6, remanescente da área C do imóvel Granja Maristela , terras destacadas do sítio São Pedro, Bairro Itapetinga. Disse que o empreendimento conta com 18 unidades, 4.714 m² de área construída.A área de cada lote é de 364 a 566 m², sendo de 250 m² em média.Afirmou que o projeto não utiliza cortes e aterros, aproveitando o perfil natural do terreno, visando o menor impacto possível.Citou que o arruamento será feito com uma forma alternativa de pavimentação, com faixas de grama

Poder Executivo

nos lados da via pública e pavimento intertravado no parte central.Cada unidade residencial terá um sistema de tratamento de esgotos anaeróbico, com capacidade superior ao exigido pela Lei (2 pessoas por dormitório , pela Lei). Seriam 12 pessoas por unidade pela Lei, porém o sistema descrito possui capacidade para 20 a 25 pessoas por unidade.Além disso, haverá caixas receptoras de águas pluviais em todas as unidades, com drenos de captação ao redor de toda a construção, executadas para captar toda a precipitação, fazendo seu reuso nas próprias unidades habitacionais em lavagens externas, irrigações e jardins. As casas possuem seis padrões diferentes, sendo que a movimentação de terra é quase que inexistente.

O empreendimento possui 11,60% de áreas verdes, sendo que o mínimo exigido por Lei é de 5%. Possui 5.830 m² de Área de Preservação Permanente -APP- não edificante e área de arruamento de 1985,60 m². Há uma entrada independente para a mata, para efeito de limpeza e manutenção. Segundo o empreendedor, toda essa área será reflorestada, mantidas as árvores existentes no local. Como a inclinação do lote é acentuada, há uma entrada com 6 metros de largura junto à via de acesso principal para manutenção da área de preservação. O fluxo de veículos será em apenas 38% das vias do Arco-Íris. A previsão de veículos no condomínio é de 36 veículos, sendo que o fluxo diário, com 12 horas é de 3 veículos por hora. No horário de pico (duração de 2 horas) é de 18 veículos por hora. Finalizou a apresentação do empreedimento.

Em seguida o Secretário José Francisco agradeceu a presença de todos e informou ao empreendedor que havia ainda mais 11 minutos de tempo.

O empreendedor Reginaldo afirmou que o projeto já estava em andamento por cerca de 10 meses e que nesse período contaram com o auxílio técnico de profissionais exclusivamente de Atibaia. O empreendimento, segundo ele, trará cerca de 100 empregos para a cidade, arrecadação de ISS para a Prefeitura, cerca de quatro milhões de reais em movimentação para o comércio da cidade e não é nenhuma forma de extrativismo. Há respeito ao Meio Ambiente, manutenção das vias de acesso, leva-se em conta o problema do tráfego de veículos, afirmando que os números de tráfego são bastante inferiores aos números que o Arco-Íris possui hoje em suas vias.Com relação à preservação da mata, os laudos foram realizados de acordo com a legislação em vigor.Colocou-se à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

O Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente José Francisco passou, então, a palavra ao Dr. Carlos, que iniciou a fase de perguntas.

Antes, porém, alunos da Escola José Alvim realizaram um pronunciamento a respeito do Meio Ambiente.

O cidadão Fernando Prota, coordenador do IPEG (Instituto Pedra Grande de Preservação Ambiental) pediu uma Audiência Pública posterior, visto tratar-se a presente de uma Audiência inicial. Levantou a questão do tombamento da Serra, perguntando se no projeto foi observado que se trata de uma área tombada e que há uma zona de 300 metros ao redor da área tombada onde somente poderiam haver áreas de 5.000 m² a serem edificadas.Citou que como a declividade do local é freqüentemente superior a 45º, certamente haverá movimentação de terra.Afirmou que o solo do local é frágil e suscetível à erosão, e que, portanto, há problema de assoreamento do córrego.Citou o código florestal de 1965, que diz que ao redor de nascentes há um raio de 50 metros não edificantes e não de 30 metros.Questionou a morosidade na elaboração do Plano Diretor, dizendo que antes de se discutir qualquer empreendimento, deveria estar-se discutindo a questão do Plano Diretor.

A seguir o empreendedor Reginaldo afirmou que a maioria dos lotes possui declividades inferiores a 45º e que as curvas de nível da área estão disponíveis para uma análise mais detalhada. No caso do empreendimento em questão, a proposta é se fazer compensações: retira-se a terra de uma parte do lote e aterra-se outra parte, compensando-se cortes e aterros de pequenos volumes, que de forma alguma agrediriam a mata ciliar ou o córrego. As compensações seriam internas aos lotes. Nenhum lote invade áreas de preservação. Todos estão recuados de 30 metros, de acordo com a legislação atual. Afirmou que, se houver uma Lei que afirme que são 50 metros e não 30 metros cabe à Prefeitura e às comissões operantes dirimir as dúvidas, sendo que de qualquer modo a Lei será atendida.

Disse ainda que grandes movimentações de terra não interessam ao empreendedor, por razões econômicas. Sobre a questão do afastamento da área de preservação, disse que o Arquiteto Wilson, a Dra Cláudia e a bióloga Nancy conhecem bem as Leis e recuos, afirmando que o projeto previu o que dizem as Leis atuais. Segundo ele, caso haja alguma desconformidade, a Prefeitura irá pedir as alterações.

A bióloga Nancy afirmou ter sido a responsável pelo inventário de fauna e pelo laudo de vegetação. Disse que foi feito um estudo do solo por geólogo da Universidade de Itatiba. Em relação à nascente afirmou serem 50 m e não 30 m, que estão sendo obedecidos. Todas as dúvidas, segundo ela, foram conversadas com a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente e com o DEPRN. Afirmou que a mata junto ao córrego já está bem devastada e que irão recompô-la, disponibilizando o trabalho aos interessados. (a seguir houve uma manifestação inaudível, fora do microfone).

O Prefeito José Roberto Trícoli iniciou seus comentários pedindo desculpas aos presentes que estavam em pé, dizendo que as próximas Audiências Públicas serão realizadas no Fórum. Em relação ao empreendimento, afirmou que o tombamento de 1983 estabelece uma cota altimétrica tal que, a partir dela, são de 5.000 m² os módulos mínimos de terreno com no máximo 400 m² construídos. Fora da área de demarcada do tombamento há um raio de 300 m tal que empreendimentos em seu interior devam passar por parecer do Condephaat. Há ainda um decreto municipal dizendo que se trata de parque ecológico com características de preservação de biodiversidade. Também há uma Lei de 1998 que estabelece que Atibaia está em uma APA - Área de Proteção Ambiental - que estabelece restrições mais rígidas.

Afirmou que desde 2001 está em curso a aprovação da Lei Transitória para o Plano Diretor, sendo que o Plano atual vigora desde 1991 e foi elaborado apenas para obedecer à Constituição Federal. Afirmou que têm sido aprovados projetos em desacordo com o interesse da cidade. Disse ainda que a sociedade deve debater o Plano Diretor e deve-se aprovar uma Lei para resolver os conflitos das Leis atuais. Afirmou que gostaria de um pacto de desenvolvimento para se preservar a serra e o rio Atibaia, e que o empreendimento é muito bem projetado, mas que, infelizmente, está em local inadequado, pois o adensamento populacional nas proximidades da serra deve ser minimizado. Citou ainda uma Lei Municipal que diz que o empreendimento deve ser implantado respeitando-se o maior módulo de sua divisa (no caso, 5.000 m²). Levantou a dúvida da cota altimétrica ser de 900 ou de 850

Poder Executivo

metros. Salientou que é justo o direito do empreendedor de construir, mas que deve-se garantir a preservação da serra. Finalizou afirmando que enviará a "Lei Tampão " o mais breve possível para aprovação.

Em seguida o cidadão José Posseiro perguntou se é possível o reaproveitamento das águas utilizadas nas piscinas.

O empreendedor Reginaldo respondeu que na Lei de Zoneamento atual caberiam no terreno 36 casas, mas valendo-se do bom senso, foram previstas apenas 18, com uma taxa de ocupação de 9,2 casas por hectare, sendo que o Arco-Íris possui de 14 a 17,4 casas por hectare, portanto com um adensamento bem menor ao permitido por Lei. Em relação ao reuso da água, o projeto prevê o reuso da água em jardins e lavagens externas, e sobre captação de água, há pisos intertravados e gramado na via de acesso.

Ronaldo Morato disse que não iria se ater às Leis. Afirmou que Atibaia está inserida em um projeto internacional de corredores de mata atlântica do sul do país, e que há fragmentos de florestas significativos que unem a Serra da Cantareira à Serra do Mar. Em relação ao relatório de fauna, citou três espécies ameaçadas de extinção e fez críticas ao relatório, dizendo que este não descreve a metodologia utilizada; cita espécies e não diz se estão ameaçadas de extinção. Afirmou que o adensamento cria conflitos com as espécies em extinção e reiterou a importância do Plano Diretor. O adensamento do Arco-Íris, segundo ele, não representa o que a população quer para a cidade. Citou a necessidade de se realizar um plano de manejo para a área. Os proprietários poderiam transformar suas áreas em RPPN's (reservas particulares de patrimônio natural), que poderiam ter um certo grau de exploração. **Disse que se deve criar termos de referência para os estudos de impacto ambiental e que a Prefeitura deve criá-los também para que os estudos sejam feitos a contento.**

O Vereador Paulo Patara disse que estabelece o compromisso de que, em seis meses, a Lei Tampão será aprovada na Câmara Municipal. Colocou a Câmara Municipal à disposição para receber informações e opiniões.

Giovani afirmou que há interesses econômicos em jogo e que há alternativas ao empreendimento, disse que a legislação está "comendo" a serra pelas bordas e que as Leis podem ser mudadas. Falou que a cidade ainda não conhece o potencial econômico do turismo da Pedra Grande. Levantou a seguinte questão: o quê é mais interessante para a comunidade: um conjunto de 18 casas ou a perpetuação da Pedra Grande, que pode ser explorada pelo turismo? Perguntou à Prefeitura se está sendo levada em conta a questão econômica.

Júlio César questionou **por quê não se faz o acesso pela nova avenida, ao lado da portaria, pela lateral, fazendo-se assim um projeto mais planejado e ordenado.**

O empreendedor Reginaldo disse que há uma forte tendência de se preservar o verde, de se incentivar o turismo, de preocupação com o trânsito, mas que por outro lado há um empreendimento que trará uma série de benefícios para a cidade, e que é preciso se garantir o direito de todos (a seguir há uma pergunta fora do microfone).

Luís Antônio disse que se deve refletir sobre o transtorno que as obras causariam aos moradores,disse que a Rua Jácomo Lasselva ninguém sabe a que bairro pertence. Que seja estudado um acesso alternativo, circundando o bairro.

O Secretário José Francisco afirmou que , com relação à aprovação da pousada, o terreno não pertence ao Arco-Íris, e que foi aprovada pela legislação pertinente.

(perguntas fora do microfone).

Cid elogiou a medida do reuso da água. Preocupado com a drenagem, disse que deve haver dispositivos que impeçam o assoreamento do córrego. Disse que a qualidade de vida na cidade caiu bastante e que exigirá que o projeto passe pelo DAEE, pois há confrontação com recursos hídricos.

Wilson perguntou à mesa qual o seu parecer em relação ao projeto.

O Diretor de Meio Ambiente Carlos Alberto de Aquino respondeu que a Audiência Pública é para emissão de certidão de uso do solo, para se levantar os óbices em relação ao empreendimento, ressaltando especialmente a questão do acesso; do ponto de vista ambiental estão sendo solicitados os levantamentos, e que na aprovação do empreendimento será utilizado todo o rigor técnico em função da fragilidade da área. Disse que será convocada oportunamente uma outra Audiência Pública.

O Secretário José Francisco disse que a função da Audiência Pública é levantar subsídios e analisar a questão dentro da legislação.

O Vereador Luiz Fernando disse que não é contra o empreendimento e citou novamente a questão da Lei tampão. Reafirmou a necessidade de Plano Diretor para se organizar o uso e ocupação do solo.

Elizabeth afirmou que a distância entre o empreendedor e a opinião pública está cada vez menor e que deve-se conversar sobre qual é o tipo de turismo que a cidade quer. Disse que a questão da preservação não deve ser vista como um entrave. Citou a necessidade da criação do sistema municipal de meio ambiente.

Ronaldo comprometeu-se a avaliar o relatório de fauna dando o seu parecer. Disse que o empreendimento ainda não é um fato consumado e citou um exemplo em que participou do embargo da construção de uma usina hidrelétrica.

Giovani reiterou que o povo é contra o empreendimento. Há, segundo ele, outras formas alternativas de retorno do investimento do empreendedor, e perguntou ao representante do empreendedor se há interesse em conhecê-las ou não.

O empreendedor Reginaldo disse que a questão da sustentabilidade do empreendimento foi prevista desde a sua concepção.Que todos os requisitos ambientais estão majorados a favor do bom senso e de acordo com a Lei.

Cid perguntou se o empreendimento irá contemplar o incremento de vazões de cheia.

Fernando Prota disse que não se pode realizar um empreendimento atual baseado em erros do passado e perguntou ao empreendedor como será o abastecimento de água.

O empreendedor Reginaldo afirmou que foi consultado o SAAE e que será feito um reforço na rede de abastecimento de água da Avenida Santana até o local.

(pergunta fora do microfone).

O Superintendente do SAAE, Engenheiro Carlos Gravina, afirmou que no SAAE o empreendimento passa pelas diretrizes, estabelecendo-se contra-partidas a serem executadas pelo empreendedor, que reflitam em benefício da população.Citou exemplos.

(pergunta fora do microfone).

O Secretário José Francisco afirmou que em relação às contra-partidas, pode-se exigir todo o asfaltamento e recuperação do sistema viário de acesso ao empreendimento, podendo até eventualmente o empreendedor vir a abandonar o projeto por se tornar inviável. Finalmente agradeceu a participação de todos e encerrou a Audiência Pública, sendo que 112 pessoas assinaram o livro de presenças.